



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

341) De acordo com o texto do Código Penal, aponte a alternativa incorreta.

- a) considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como se produziu ou deveria produzir o resultado.
- b) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra vida, liberdade, honra ou patrimônio do Presidente da República.
- c) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
- d) Embora cometidos no estrangeiro ficam sujeitos à lei brasileira os crimes contra a administração pública, por quem está a seu serviço.

RESPOSTA: B

A alternativa A trata do lugar do crime, onde foi adotada a teoria da ubiquidade, ou seja, o lugar do crime é o local onde o mesmo foi realizada a ação ou omissão ou o local onde foi produzido o resultado criminoso. Esta discussão é importante nos casos que o crime é iniciado em um país e o resultado ocorre em outro país.

A alternativa B trata do crime cometido contra o Presidente da República, onde apesar de ter sido cometido em outro país o agente é punido no Brasil se cometer contra a vida ou liberdade do Presidente da República e, não como constou na questão que incluiu os crimes contra a honra ou patrimônio, neste caso, o agente é punido no país onde foi cometido o crime.

A alternativa C mostra os interesses públicos em jogo, os quais são o patrimônio e a fé públicas.

A alternativa D trata do crime cometido contra os interesses da administração pública, por quem está a seu serviço e não por qualquer pessoa. Nesse caso, tanto os interesses da administração, quanto o seu agente são interesses nacionais, por isso a lei brasileira é aplicada nesses casos.

342) Sobre a extraterritorialidade da lei penal, ou seja, quando a lei penal brasileira é aplicada a crimes cometidos no exterior, segundo dispõe o artigo 7º, do Código Penal, aponte a assertiva correta.

- a) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou o agente for domiciliado no Brasil.
- b) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes cometidos praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, mesmo que aí sejam julgados.
- c) Nos crimes cometidos contra a vida ou liberdade do Presidente da República ou, contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Pública, ou contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço; ou de genocídio, quando o autor for brasileiro ou domiciliado no Brasil, o agente é punido segundo a lei brasileira, exceto quando absolvido ou condenado no estrangeiro.
- d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes praticados por brasileiros se: entrar no território nacional, ser o fato punível também no país em que foi praticado, se o crime foi incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição, o agente tiver sido absolvido no estrangeiro ou mesmo que tenha ali cumprido a pena e, o agente não ter sido perdoado no estrangeiro.

RESPOSTA: A, pois está em acordo com o artigo 7º, I, d, do Código Penal.

A alternativa B é errada pois a lei ressalva que no caso em que o agente já tiver sido punido por tal crime não estará sujeito à lei brasileira.

A alternativa C é incorreta pois o agente é punido de acordo com as leis brasileiras mesmo quando absolvido ou condenado no estrangeiro.

A alternativa D é falsa pois o agente não é punido de acordo com as leis brasileiras se não tiver sido condenado ou em caso de condenação, tiver cumprido pena no estrangeiro.

343) De acordo com o Código Penal, assinale a incorreta.

- a) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- b) o dia do começo exclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.
- c) desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.
- d) as regras deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

RESPOSTA: B. Pois não está em acordo com o artigo 10 do Código Penal, pois se trata de prazo penal, e, como as normas penais prejudicam o interesse do agente, deve-se prejudicar o agente de forma mais gravosa possível, por isso os dias do início são incluídos na contagem do prazo.

344) Aponte a assertiva incorreta de acordo o que está disposto no Código Penal.

- a) considera-se crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- b) considera-se crime tentado, quando iniciada a execução, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) salvo disposição em contrário, não se pune a tentativa.
- d) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

RESPOSTA: C, pois está em desconformidade com o artigo 14, parágrafo único do Código Penal. Sendo que a lei pune com a tentativa com a redução da pena do crime reduzida de um a dois terços.

A alternativa D dispõe sobre a desistência voluntária e do arrependimento eficaz, que são os institutos nos quais o autor desiste de prosseguir na execução do crime, de forma voluntária, no primeiro deles o autor desiste na fase da execução, simplesmente cessa a execução, enquanto que no segundo, arrependimento eficaz, o autor cessa a execução e adota uma providência para impedir a ocorrência de um resultado, nesse caso, além da interrupção, o agente faz algo, ou seja, adota uma atitude, por exemplo: para matar alguém forneço o veneno que a vítima ingere sem ter o conhecimento disso, logo após, devido ao meu arrependimento, forneço o antídoto ou levo a vítima para o Pronto Socorro, nestes casos, não há a tentativa e o agente responde somente pelos atos já praticados.

345) Assinale a incorreta

- a) nos crimes cometidos em violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- c) diz se o crime doloso, quando o agente quis o resultado.
- d) diz se o crime culposo quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

RESPOSTA: C. Está incorreta pois de acordo com o artigo 18, I, do Código Penal, a lei considera um crime como doloso, quando o agente quer diretamente, do início ao fim de sua conduta, o resultado criminoso ou, ainda, quando, inicialmente não deseja cometer o crime, mas, ao invés de alterar o seu comportamento ou atitude, continuando com o ato original, assumindo o risco de produção do resultado criminoso, por exemplo: desejando chegar mais cedo em casa, aumento a velocidade de meu automóvel e começo a não respeitar os sinais vermelhos dos faróis, a minha intenção é chegar mais cedo em casa e, ao invés de diminuir a velocidade e parar nos sinais vermelhos, continuo com a minha conduta, assumindo o risco de produzir um acidente.

A alternativa A trata do instituto do ARREPENDIMENTO POSTERIOR, que é aplicado aos crimes dolosos sem violência ou grave ameaça, se o agente reparar o dano ou devolver o objeto do crime, até o momento que o juiz recebe a denúncia ou queixa (acusação formal do crime feita pelo Promotor de Justiça ou do particular ofendido), nesse caso a pena é diminuída de um terço até dois terços.

A alternativa B fala do CRIME IMPOSSÍVEL, que ocorre quando por ABSOLUTA ineficácia do meio de execução do crime ou por ABSOLUTA impropriedade do objeto material do crime (onde recai o crime), é impossível consumar o crime, não sendo punível a tentativa. Exemplo: matar alguém utilizando-se de pistola de água, deferir facadas, visando provocar a morte de alguém na pessoa que está deitada na cama e, após verificar que tal pessoa já estava morta. Não se pode matar o morto !

346) De acordo com o texto do Código Penal, no tocante às excludente de ilicitude, nos termos do artigo 23. Não há crime quando o agente pratica o fato em:

- a) exercício irregular do direito
- b) estado de perigo
- c) estrito cumprimento do dever moral
- d) estado de necessidade

RESPOSTA: D, pois está em acordo com o artigo 23, I, do Código Penal. As demais são falsas pois o exercício IRREGULAR do direito não exclui, mas sim, o exercício regular. Não existe estado de perigo, mas sim, estado de necessidade. O estrito cumprimento do dever moral não é causa de exclusão, mas sim, o estrito cumprimento do dever LEGAL.

347) Sobre o estado de necessidade, nos termos do artigo 24 do Código Penal , aponte a assertiva incorreta:

- a) é considerado quando o agente pratica um fato para salvar de perigo atual.
- b) o perigo pode ter sido causado por vontade do agente.
- c) direito próprio ou alheio pode ser salvo pelo estado de necessidade
- d) não pode alegar estado de necessidade quem tem o dever legal de enfrentar o perigo.

RESPOSTA: B. Pois de acordo com o artigo 24, o perigo não pode ter sido provocado pelo agente. O estado de necessidade acontece quando há dois direitos lícitos em jogo. Mas, um direito precisa ser sacrificado para que o outro sobreviva. Porém, tais direitos devem ser equivalentes ou, o sacrificado deve ser de menor valor que o direito a ser salvo. Por exemplo: vida x vida. Sacrificar direito de propriedade para salvar o direito à vida.

348) De acordo com o Código Penal a legítima defesa é causa que exclui o crime. Diante do exposto assinale a correta sobre a legítima defesa.

- a) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou futura.
- b) entende-se em legítima defesa quem repele justa agressão atual ou iminente.
- c) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou iminente, utilizando de meios necessários de forma moderada, a direito próprio ou de terceiros.
- d) entende-se em legítima defesa quem repele injusta agressão atual ou iminente, de qualquer forma e utilizando-se de quaisquer meios.

RESPOSTA: C. A legítima defesa é o ato pelo qual o agente repulsa uma injusta (não esta amparada pela lei) agressão (ato voluntário humano) mediante o uso dos meios necessários (meios que estão à disposição do agente, podendo ser desproporcional à agressão se não houver outro meio disponível) e com uso moderado (aquele uso suficiente para cessar a injusta agressão) .

349) O artigo 32 do Código Penal dispõe sobre os tipos de penas. Assim, de acordo com esse artigo assinale a incorreta.

- a) privativa de liberdade.
- b) morte, em caso de guerra externa declarada pelo Presidente da República.
- c) restrita de direitos
- d) de multa

RESPOSTA: B. Pois tal tipo de pena é previsto pela Constituição Federal e não pelo Código Penal.

350) Sobre as penas privativas de liberdade aponte a alternativa incorreta.

- a) a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi aberto e aberto.
- b) a pena de detenção deve ser cumprida em regime semi aberto e aberto.
- c) considera-se regime fechado a execução de pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- d) considera-se regime aberto a execução de pena em estabelecimento de segurança média ou mínima.

RESPOSTA: D. Pois de acordo com o que esta previsto no Código Penal, é considerado regime aberto a execução da pena em casa do albergado ou estabelecimento adequado.